



Seguro de Pessoas

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Carta Patente nº 028
CNPJ 92.892.256/0001-79

Senhores Participantes: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao ano de 2015, acompanhadas das notas explicativas, do parecer atuarial e do parecer dos auditores independentes, apresentadas na forma de Legislação Societária, bem como das normas e instrumentos provenientes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

FATORES INFLUENTES NO DESEMPENHO DA MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: No ano de 2015 os custos operacionais e administrativos mantiveram-se em patamar aceitável, inclusive com pequena redução, e restrito aos limites legais, o que não inibiu nosso empenho em reduzi-los no próximo exercício. O resultado do ano se realizou em virtude das intervenções estratégicas e técnicas por parte da administração do grupo. É importante relatar que, face à crise econômico-financeira, que teve um agravamento no quarto trimestre do ano, exigiu um severo controle e diminuição de custos, com isto possibilitando um desfecho positivo e resultados vantajosos para a empresa. As ações de gestão, a serem continuadas, nos autorizam, apesar do recrudescimento da crise econômica, a prever uma perspectiva otimista para o ano de 2016.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

PERSPECTIVAS E PLANOS PARA O EXERCÍCIO DE 2016: É intenção da atual gestão dar continuidade à política de austeridade, controle rígido de despesas previstas no orçamento e diretrizes aprovados pelo Conselho Deliberativo e Fiscal, cumprimento do planejamento estratégico e gerenciamento das operações comerciais para atingir as metas estabelecidas com as ações específicas de: 1. Manter durante o primeiro semestre de 2016 uma política conservadora de aplicação financeira dos ativos excedentes; 2. Dar cumprimento e acompanhamento periódico ao Planejamento Estratégico da empresa; 3. Dar cumprimento ao plano de negócios da empresa; 4. Continuar a acompanhar o orçamento da empresa e realizar de imediato eventual correção necessária; 5. Analisar e avaliar, on-line, o desempenho econômico das filiais e representações; 6. Fortalecer o processo de gerenciamento de risco, e 7. Buscar a melhoria contínua de processos e serviços. Por fim destacamos o compromisso do MBM Previdência Complementar com a manutenção de rígidos padrões de segurança e liquidez evidenciando a eficiência das ações da atual Diretoria na gestão da entidade, bem como a intenção inequívoca de honrar integralmente com os contratos em vigor com respaldo nos pareceres atuarial, financeiro e contábil dos auditores independentes. Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2016. A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL – R\$ mil				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – R\$ mil		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – R\$ mil	
ATIVO		PASSIVO					
	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015
ATIVO			PASSIVO				
Ativo Circulante	51.892	48.193	Circulante	22.285	18.984	Rendas de Contribuições e Prêmios	3
Disponível	13.303	14.080	Contas a pagar	684	547	(-) Const. Prov. de Benefícios a Conceder	23
Caixa e Bancos	301	275	Obrigações a pagar	534	422	(+) Receita de Contrib. e Prêmios VGBL	26
Equivalente Caixa	13.003	13.805	Impostos e encargos sociais a recolher	71	60	(-) Rendidas c/Taxa de Gestão e Outras Taxas	1.664
Aplicações	32.834	29.600	Encargos trabalhistas	15	11	(-) Variação de Outras Provisões Técnicas	(450)
Títulos de renda fixa - privados	25.612	24.310	Impostos e contribuições	64	54	(-) Benefícios Retidos	(6.043)
Títulos de renda variável	780	827	Outras contas a pagar	-	-	(-) Custos de Aquisição	(735)
Quotas de fundos de investimentos	6.441	4.463	Débitos de Operações com Previdência Complementar	257	241	(+) Outras Receitas e Desp. Operacionais	(698)
Crédito das Oper. c/Prev. Complementar	1.614	1.547	Contribuições a restituir	225	121	(+) Contribuições p/Cobertura de Riscos	17.452
Valores a Receber	1.614	1.547	Operações de Repasses	32	11	(-) Variação das Prov. Técnicas de Prêmios	499
Títulos e Créditos a Receber	4.133	2.955	Outros Débitos Operacionais	-	6	(-) Prêmios Ganhos	17.951
Títulos e Créditos a Receber	221	147	Depósitos de terceiros	1.241	630	(-) Sinistros Ocorridos	(9.589)
Adiantamentos a funcionários	1	5	Depósitos técnicos - previdência complementar	20.103	17.566	(-) Custos de Aquisição	(1.273)
Créditos Tribut. e Previdenciários	5	5	Planos bloqueados	1.773	1.567	(-) Despesas Administrativas	(9.220)
Adiantamentos administrativos	18	25	Planos não bloqueados	18.330	15.999	(+) Despesas com Tributos	(836)
Assistência Financeira a Participantes	3.858	2.745	Provisões técnicas - Previdência complementar	24.566	25.058	(+) Resultado Financeiro	7.505
Outros Créditos	30	33	Planos bloqueados	1.939	2.015	(-) Resultado Patrimonial	4.618
Despesas Antecipadas	9	10	Planos não bloqueados	22.627	23.043	(+) Resultado Operacional	2.920
Administrativas	9	10	Outros débitos	1.193	1.397	(-) Ganhos ou Perdas com Ativos	-
Ativo não Circulante	37.413	35.588	Provisões Judiciais	1.193	1.397	Não Correntes	102
Realizável a Longo Prazo	6.196	4.209	Patrimônio Social de Ent. de Prev. Comp. Sem Fins Lucrativos	41.262	38.342	(-) Resultado Antes dos Impostos e Participações	2.920
Títulos e Créditos a Receber	6.196	4.209	Reservas de Reavaliação	3.409	3.534		
Créditos a Receber	82	82	Reservas de Retenção de Superávits	6.753	6.779		
Depósitos Judiciais e Fiscais	3.238	2.732	Superávits ou Débitos Acumulados	31.100	28.029		
Assistência Financeira a Participantes	2.875	1.394	Total do Passivo	89.305	83.781		
Investimentos	27.419	27.659					
Participações Societárias	25.597	25.874					
Imóveis Destinados à Renda	1.822	1.785					
Imobilizado	3.795	3.716					
Imóveis de Uso Próprio	3.522	3.487					
Equipamentos	24	25					
Outras Imobilizações	29	31					
Móveis, Máquinas e Utensílios	220	173					
Intangível	3	4					
Outros Intangíveis	3	4					
Total do Ativo	89.305	83.781					

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ mil

Discriminação	Reservas de			Superávits ou Débitos Acumulados	Total
	Reavaliação	Retenção de Superávits	Superávits ou Débitos Acumulados		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2013	3.710	4.685	25.809	34.204	
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	63	-	-
Realização	(63)	-	-	-	(63)
Baixa por venda do imóvel	(19)	-	-	-	(19)
Baixa	2	-	-	-	2
Superávit do Período	-	-	5.389	5.389	
Proposta de Destinação do Superávit	-	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30/06/2014	3.630	4.685	31.261	39.576	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2014	3.534	6.779	28.029	38.342	
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	125	-	-
Realização	(125)	-	-	-	(125)
Baixa por venda do imóvel	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-
Superávit do Período	-	-	2.920	2.920	
Reservas para Contingências de Benefícios	-	(26)	26	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2015	3.409	6.753	31.100	41.262	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 – Contexto Operacional: A MBM Previdência Complementar é uma entidade aberta de previdência complementar, sem fins lucrativos que tem por objetivo a instituição, operação e manutenção de planos previdenciários de pecúlio e renda. **a) Região da Federação em que opera** - No exercício de 2015 a MBM Previdência Complementar operou nas Regiões 2 – CE, Região 3 – AL, PB, PE e RN, Região 4 – BA e SE, Região 5 – DF, GO, MS e MT, Região 6 – MG, RJ e ES, Região 7 – SP e Região 8 – PR, RS e SC. **b) Riscos Similares** - A estrutura de gestão de riscos da Entidade considera a similaridade dos riscos transferidos (ou características de riscos similares) pelos seus contratos nos planos em que opera, bem como a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com os riscos aos quais está exposta.

2 – Apresentações das Demonstrações Contábeis: **a) Conformidade:** As Demonstrações Contábeis compreendem o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado, de Resultado Abrangente, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido e foram elaboradas de acordo com as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e em conformidade com a Cir. SUSEP nº 517/2015 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pela SUSEP e CNSP. **b) Estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. **c) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 21 e instruções do órgão regulador. **d) Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Entidade em continuar operando normalmente e tem convicção de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, também não identificando nenhuma incerteza material que gere dúvidas acerca da capacidade operativa e continuidade dos negócios da Entidade.

3 – Principais Políticas Contábeis: Das estabelecidas por resoluções do CNSP e Cir. da SUSEP, merecem destaque: **a) Receitas e Despesas** – São escrituradas pelo regime de competência. **b) Redução ao Valor Recuperável de Ativos:** A administração revisa, mensalmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais exigências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **c) Depreciação** – O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens (Imóveis – 4% a.a.; Equipamentos, Móveis, Máquinas e Utensílios – 10% a.a.; Veículos e Equipamentos de Sistemas de Processamento de Dados – 20% a.a.). **d) Provisões:** **d.1) Provisões Técnicas** - As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações constantes da Resolução CNSP nº 321/2015 e da Cir. SUSEP nº 517/2015, cujos critérios, parâmetros, fórmulas e valores são documentados através de Notas Técnicas Atuariais (NTA), as quais são calculadas pelo Atuarial Responsável Técnico e fiscalizadas pela SUSEP. Em relação as datas base de dezembro, são devidamente auditadas pela Auditoria Atuarial Independente. **d.2) Provisões Judiciais** - Nos casos das demandas judiciais, a entidade segue um modelo para constituição que prima pelo atendimento ao risco de perda da ação e correspondente desembolso. **Classificação do Risco:** No caso dos processos judiciais, o provisionamento dependerá da classificação do risco feita pela área jurídica, e do estágio em que se encontra o processo. Na forma preconizada na Subseção XXIII – Das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Artigo 192 da Circular SUSEP nº 517/15, e com fundamento nas disposições constantes no Pronunciamento CPC nº 25, as provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base na probabilidade de saída de recursos de liquidação das obrigações. A entidade adotou o critério de provisionar a totalidade das provisões de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. **e) Avaliação de Ativos e Passivos:** Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos. Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. **f) Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** Conforme requerido pelo CPC11, em cada data de balanço a Entidade elabora o Teste de Adequação dos Passivos-TAP de todos os contratos que atendam à definição de contrato de seguro, cujos riscos tenham sido assumidos até a data de sua execução. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos desses contratos, deduzidos, conforme o caso, dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, em conformidade com as normas específicas. Para esse teste, a Entidade elaborou uma metodologia que considera a melhor estimativa para todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de benefícios, utilizando-se de premissas correntes. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades, conforme o inciso IV do Art. 54 da Circ. SUSEP nº 517/2015. Uma vez definidos, os fluxos são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco, de onde se calcula o resultado parcial de cada um destes grupos, e, consequentemente, se extrai o resultado final do TAP. A carteira de produtos operados pela Entidade é composta por diferentes planos de previdência, dentre os quais remanesce a movimentação em planos bloqueados. Em sua operação macro, há presença de riscos nos quatro tipos de coberturas: pecúlio, pensão, aposentadoria e invalidez, cada qual com suas características peculiares e constantes dos respectivos planos de benefícios, cuja grande concentração de participantes encontra-se nos planos de pecúlio. Para realizar o teste, foi utilizada metodologia que leva em conta elementos e bases técnicas que impactam diretamente nos fluxos de caixa dos referidos contratos, tais como, taxas de tábuas de mortalidade, estatísticas de sinistralidade, opções de resgates, dentre outros. Os resultados e as conclusões em relação aos testes realizados na data base de 31/12/2015 estão expostos nas tabelas específicas denominadas "TAP - Resultados Parciais Obtidos nos Fluxos de 31/12/2015" e "TAP - Resultado Final de 31/12/2015", destas notas explicativas.

4 – Títulos e Valores Mobiliários: **a)** Os Ativos foram enquadrados conforme a Cir. SUSEP nº 517/2015 em Títulos para Negociação e avaliados pelo valor de mercado. Todos os títulos estão vinculados à cobertura das provisões técnicas. **Renda Fixa Privado** – Debêntures e Letras Financeiras – São demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Quotas e Fundos de Investimento Financeiro** – São demonstrados pelo valor da cota patrimonial até a data do balanço. **Renda Fixa Público** – São demonstradas pelo valor da cota patrimonial até a data do balanço. **Renda Variável** – São demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos proporcionais ao período.

Aplicações	31/12/2015				31/12/2014			
	Index	% Index	Valor Mercado	Valor Curva	Index	% Index	Valor Mercado	Valor Curva
Renda Fixa - Privado								
DEBENTURES	CDI	105,50 / 108,75	3.909	3.918	CDI	108,25 / 108,75	5.137	5.129
DPGE	CDI/SELIC	109 / 112,5	2.685	2.682	CDI	109 / 112,5	3.531	3.522
LETRAS FINANCEIRAS	CDI	105,25 / 110,8	19.054	19.013	CDI	105,25 / 111,5	15.687	15.659
Quotas Fundos de Investimentos								
FUNDOS	-	-	6.443	6.441	-	-	4.467	4.463
Renda Fixa - Público								
FUNDOS	-	-	13.003	13.003	-	-	13.805	13.805
Renda Variável								
FUNDOS	-	-	780	780	-	-	898	827
TOTAL			45.874	45.836			43.525	43.405

*Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – R\$ mil

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado Líquido do Período	2.920	4.188
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	125	120
Variação de Reserva de Reavaliação	125	120
(=) Resultado Abrangente do Período	3.045	4.308

5 – Gerenciamento de Riscos: O gerenciamento dos riscos a que a MBM Previdência Complementar está sujeita conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento destes riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos, na Auditoria Interna, bem como na Auditoria Externa terceirizada. A gestão dos riscos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação do passivo, análises de sensibilidade, cálculo de VAR e indicadores de suficiência de capital. Em síntese, a política de gerenciamento dos riscos da MBM Previdência Complementar busca aliar o cumprimento das normas exaradas pelo órgão regulador às iniciativas estruturais que objetivam um gerenciamento conservador de todos os negócios da empresa. **5.1 - Risco de Liquidez:** Risco de liquidez é o risco associado à incapacidade da entidade saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios na transformação de um ativo em caixa necessário para saldar uma obrigação. O gerenciamento de riscos da Previdência é realizado através da gestão de ativos e passivos, considerando os vencimentos. A previsão de fluxo de caixa é realizada na entidade pelo Departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A carteira de investimentos da entidade é gerida pelo Banco Cooperativo Sicredi conforme determinação do Conselho Deliberativo e Fiscal. Para a Previdência o risco de Liquidez é mínimo, considerando que a sua carteira de investimentos é constituída por ativos classificados em "para negociação".

	0-6 meses	6-12 meses	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa, Bancos e Equivalentes de Caixa	13.303				13.303
Ativos financeiros	12.180	7.286	12.924	444	32.834
Disponíveis para venda					
Títulos de Renda Fixa Privados	4.958	7.286	12.924	444	25.612
Títulos de Renda Variável	780	-	-	-	780
Quotas e Fundos de Investimentos	6.441	-	-	-	6.441
Créditos das Operações com Previdência	1.614				1.614
Contribuições a Receber	1.614	-	-	-	1.614
Assistência Financeira a Participantes	5.302	3.338	5.376	1	14.016
Assistência Financeira a Receber	5.302	3.338	5.376	1	14.016
Total dos Ativos Financeiros	32.400	10.624	18.300	444	61.767
Passivos Financeiros	2.182				2.182
Contas a Pagar	684	-	-	-	684
Débitos das operações com previdência	257	-	-	-	257
Depósitos de Terceiros	1.241	-	-	-	1.241
Provisões Técnicas Previdência	44.669				44.669
Total dos Passivos Financeiros	46.851				46.851

*Em milhares de reais

5.2 – Risco de Crédito: A MBM Previdência Complementar adota política de baixo grau de exposição a risco de crédito, na medida em que opera preponderantemente com ativos financeiros classificados na Resolução CMN nº 3.308/05 como de baixo risco, na sua grande maioria.

Ativos Financeiros

Composição dos Ativos	Sem Rating	Com Rating	Rating	Agência	Rating	Agência	Rating	Agência
Caixa e Bancos	301							
Equivalentes de Caixa	13.003							
Fundos - FI RF TIT PÚBLICOS	13.003	-	-	-	-	-	-	-
Disponíveis para venda	7.222	25.612						
DPGE - A J RENNER	1.314	-	-	-	-	-	-	-
DPGE - BIC BANCO S/A	1.368	brA+	S&P	Aa1.br	Moody's	AAA(bra)	Fitch	
Letra Financeira - BANCO SANTANDER	3.303	brAAA	S&P	Aaa.br	Moody's	AAA(bra)	Fitch	
Letra Financeira - CAIXA ECONOMICA	3.602	brAAA	S&P	Aaa.br	Moody's	AAA(bra)	Fitch	
Letra Financeira - BANCO VOLKSWAGEN	432	brAA+	S&P	-	-	-	-	
Letra Financeira - BANCO BTG PACTUAL	992	brAA-	S&P	Aa1.br	Moody's	AA(bra)	Fitch	
Letra Financeira - BANCO FORD	534	-</						

»»» Continuação

MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

5.5.2. Concentração de Risco e Análise de Sensibilidade: Os planos de pecúlio representam 97,4% da arrecadação total de contribuições da Entidade em 2015, sendo 56,8% referentes aos Planos 01RS, 02RS e 03RS; 39,9% ao Pecúlio Flexi/CAP e o restante de 0,7% referente aos demais. Já os planos de renda (pensão e aposentadoria – não comercializados) concentraram apenas 2,6% desta receita, indicador residual frente ao contexto. Considerando-se o quantitativo em relação ao número de participantes, a Entidade atingiu mais de 25 mil participantes ativos, desfeitos apenas 301 com planos de renda, confirmando a concentração em Pecúlio. Os valores das contribuições estão assim compostos:

Planos - Coberturas	Contribuições Ano 2015	Contribuições Ano 2014
Planos de Pecúlio/RS.....	10.043.536	9.762.310
Planos de Pecúlio/CAP.....	7.078.765	8.011.515
Planos de Pensão/RCC.....	456.071	468.179
Planos de Pensão/CAP.....	4.864	4.914
Planos de Aposent./CAP.....	3.174	5.052
Total	17.586.410	18.251.970

A concentração dos riscos em que indicamos maior ênfase em 2015, considerando-se as regiões previstas na Resolução CNSP nº 321/2015, apresentou o seguinte comportamento em 2015:

Regiões de Risco	Contribuições	Concentração de Risco	Benefícios Pagos	Resgates Pagos
Região 2 PI, MA CE.....	294.914	2%	49.557	105.182
Região 3 PE, RN, PB, AL.....	599.785	3%	212.001	178.489
Região 4 SE, BA.....	470.251	3%	193.345	53.228
Região 5 GO, DF, TO, MT, MS.....	954.090	5%	462.613	196.408
Região 6 RJ, ES, MG.....	1.324.316	8%	265.474	272.717
Região 7 SP.....	326.223	2%	3.793	131.875
Região 8 PR, SC e RS.....	13.616.832	77%	8.749.625	1.704.500
Total	17.586.410	100%	9.936.408	2.642.399

A Região (8) concentrou 77% da arrecadação de 2015, indicando crescimento no comparativo com 2014 que foi de 75%. Após a aprovação da Região (6) com 8% da arrecadação (mesmo de 2014), Região (5) com 5% (2014 havia concentrado 6%), Regiões (3) e (4) com 6% (2014 atingiu 7%), ficando os restantes 4% distribuídos nas Regiões (7) e (2), as quais tinham concentrado este mesmo parâmetro em 2014. Desta forma, a entidade permanece em 2015 com o mesmo perfil de concentração de riscos, estando na Região Sul (8), local de sua sede, a maior fatia de sua arrecadação. **Análise de Sensibilidade:** A Entidade utiliza as seguintes premissas atuariais para seus planos: (a) Base de dados composta por informações referentes aos seus livros oficiais, registros internos e/ou dados estatísticos do FIP, observando-se os contratos com riscos assumidos na data base; (b) Utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação; e (c) Observação da sinistralidade estatística e avaliação atuarial do seu equilíbrio. Com o objetivo de analisarmos a sensibilidade nos resultados da Entidade, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se por estudar a rubrica de sinistralidade, a qual demonstrou um acréscimo de 5,1% no comparativo do parâmetro atingido no ano em 2015, em relação ao mesmo período de 2014, ou seja, aumento de 51,4% para 56,5%. A seguir o indicador de 2015, assim como os de 2014 e 2013.

ano de 2015: 56,5% **ano de 2014:** 51,4% **ano de 2013:** 47,1%
Esta rubrica, que envolve as despesas com benefícios e indenizações, resguarda um componente importante de sensibilidade, pois uma oscilação inesperada em seu desempenho pode ocasionar reflexos importantes nos indicadores econômicos da Entidade. Frente ao cenário apresentado, entendemos prudente, para fins do teste de sensibilidade, aplicarmos um agravio de 5% nesta rubrica, com vistas a verificarmos o reflexo no Resultado e no Patrimônio Líquido (Contábil e Ajustado) da Entidade em 31 de dezembro de 2015, líquido dos efeitos tributários, o qual segue demonstrado na tabela a seguir:

Efeito no Resultado	Efeito no PLC		Efeito no PLA	
	Normal	C/efeito do teste	Normal	C/efeito do teste
Incremento de 5% nas despesas c/benefícios e indenizações	2.919,9	2.138,3	41.261,8	40.480,20
			15.653,2	14.871,6

Conforme se observa acima, os indicadores contábeis testados gerariam uma redução de R\$ 781,6 mil no Resultado, assim como no PLC e no PLA, na data base de 31/12/2015. Esta situação não geraria reflexos relevantes em seu indicador de solvência, uma vez que a Entidade apresentou Capital Mínimo Requerido de R\$ 8,1 milhões na data base, frente a um PLA (já impactado pelo efeito do teste de sensibilidade) de R\$ 14,9 milhões, logo, permaneceria com elevada margem de suficiência de PLA em relação ao seu CMR.

5.5.3. Comportamento da provisão de sinistros a liquidar em anos posteriores aos anos de constituição: A tabela abaixo mostra a movimentação dos saldos desta provisão de benefícios para os planos de pecúlio:

Período	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Saldo anterior	989	997	2.918	3.461
Retidos	5.191	7.912	7.231	7.195
Exercício atual	4.616	6.326	5.547	6.537
Exercícios anteriores	575	1.586	1.684	658
Pagamentos	5.183	5.991	6.688	7.224
Exercício atual	4.181	5.199	4.616	5.458
Exercícios anteriores	1.002	792	2.072	1.766
Saldo final	997	2.918	3.461	3.432

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos dos benefícios de pecúlio:

Período	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Provisão período anterior	989	997	2.918	3.461
Pagamentos				
Até um ano mais tarde	385	486	1.457	1.346
Até dois anos mais tarde	595	1.187	2.024	
Até três anos mais tarde	1.218	1.547		
Até quatro anos mais tarde	1.560			

6 – Provisões para Passivos oriundos de Contratos de Planos de Previdência: Movimentação dos passivos dos planos de previdência: As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações constantes da Resolução CNSP nº 321/2015 e da Circular SUSEP nº 517/2015, cujos critérios, parâmetros, fórmulas e valores são documentados através de Notas Técnicas Atuariais (NTA), as quais são calculadas pelo Atuário Responsável Técnico e fiscalizadas pela SUSEP. Em relação às datas base de dezembro, são devidamente auditadas pela Auditoria Atuarial Independente. Dentre o quadro geral das provisões técnicas constituídas pela Entidade em 31/12/2015, aquelas que representam saldos relevantes, pela ordem decrescente, são as seguintes: Provisão Matemática de Benefícios Concedidos – PMBC, Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL, Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC, Provisão de Despesas Relacionadas – PDR e Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR, cujas tabelas a seguir apresentam a movimentação de seus saldos, demonstrando sua evolução de 01/01/2014 para 31/12/2015.

Período	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Provisão período anterior	989	997	2.918	3.461
Pagamentos				
Até um ano mais tarde	385	486	1.457	1.346
Até dois anos mais tarde	595	1.187	2.024	
Até três anos mais tarde	1.218	1.547		
Até quatro anos mais tarde	1.560			

Competências	PSL*	PVR	IBNR	PMBAC	PMBC	PDR	PCC	PPNG+RVNE
Saldo 01/12/2014	7.598,0	132,7	1.095,6	9.240,1	17.525,2	1.583,1	3.192,2	324,8
Constituições	6.582,0	135,4	308,4	896,3	60,5	936,0	400,0	71,4
Reversões	(1.871,1)	(187,9)	(191,5)	(489,7)	(747,8)	(349,6)	(3.574,1)	(45,9)
Saldo 31/12/2014	12.308,9	80,2	1.212,5	9.646,7	16.837,9	2.169,5	18,1	350,3
Constituições	5.639,0	197,5	304,2	460,1	335,1	762,8	0,0	66,2
Reversões	(3.345,9)	(118,3)	(212,3)	(994,2)	(580,7)	(397,8)	(18,1)	(54,5)
Saldo 31/12/2015	14.602,0	159,4	1.306,4	9.112,6	16.592,3	2.534,5	0,0	362,0

*Contempla o Ajuste de IBNER.

Competências	PSL*	PVR	IBNR	PMBAC	PMBC	PDR	PCC	PPNG+RVNE
31/12/2014	4.710,9	(52,5)	116,9	406,6	(687,3)	586,4	(3.174,1)	25,5
31/12/2015	2.293,1	79,2	93,9	(534,1)	(245,6)	365,0	(18,1)	11,7

*Contempla o Ajuste de IBNER.

Quadro da PSL relacionada à processos Judiciais

Quantidade	Estimativa*
54	10.385

7 – Teste de Adequação do Passivo – TAP: Em consonância com o CPC11 e Circ. SUSEP nº 517/2015, foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo - TAP da MBM Previdência Complementar, cuja abrangência está vinculada aos contratos dos seus planos de previdência com riscos assumidos até a data base de 31/12/2015. O resultado do TAP, avaliado a valor presente na respectiva data base, tem como intuito constatar a necessidade ou não de se proceder a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos assumidos em suas operações. Para sua realização, a Entidade agrupou os contratos de acordo com as características e bases técnicas de seus planos de benefício, resultando em 20 (vinte) grupos, conforme abaixo:

Prêmios Registrados – PR (grupos de 1 a 17): Regime Financeiro de Capitalização – CAP: 1. Pensão / CAP – fase de acumulação; 2. Aposentadoria / CAP – fase de acumulação; 3. Pecúlio / CAP – fase de acumulação / Tábua CSO-1958 / IGPM; 4. Pecúlio / CAP – fase de acumulação / Tábua CSO-1958 / TR; 5. Pecúlio / CAP – fase de acumulação / Tábua CSO-1980; 6. Aposentadoria / CAP – fase de concessão; 7. Pensão / CAP – fase de concessão; 8. Invalidez / CAP – fase de concessão; 9. Pecúlio / CAP – fase de concessão / Tábua CSO-1958 / TR; 10. Pecúlio / CAP – fase de concessão / Tábua CSO-1980. **Regime Financeiro de Reparação de Capitais de Cobertura – RCC:** 11. Pensão / RCC – eventos não ocorridos / IGPM; 12. Pensão / RCC – eventos não ocorridos / TR; 13. Pensão / RCC – fase de concessão / IGPM; 14. Pensão / RCC – fase de concessão / TR; 15. Pensão / RCC – fase de concessão / Outros. **Regime Financeiro de Reparação Simples – RS:** 16. Pecúlio / RS – eventos não ocorridos; 17. Pecúlio / RS – eventos ocorridos. **Prêmios Futuros – PF (grupos de 18 a 20):** Regime Financeiro de Reparação de Capitais de Cobertura – CAP: 18. Pensão / RCC – eventos não ocorridos / IGPM; 19. Pensão / RCC – eventos não ocorridos / TR; 20. Regime Financeiro de Reparação Simples – RS: 20. Pecúlio / RS – eventos não ocorridos. **Critérios técnicos utilizados nas projeções dos fluxos:** Para todos os grupos acima, foram feitos até 8 (oito) fluxos de caixa, os quais estão estruturados em consonância com a Circ. SUSEP 517/2015 e conforme as características de cada grupo, seguindo a estrutura e premissas descritas a seguir: **Período utilizado nas projeções:** o prazo entre a data inicial (riscos assumidos até a data base) e o final da vigência desses contratos. **Os respectivos fluxos foram numerados de I a VIII, identificados conforme abaixo:** Fluxo I: Benefícios a pagar de eventos já ocorridos; Fluxo II: Benefícios a pagar de eventos ainda não ocorridos; Fluxo III: Estimativa de contribuições futuras que não estejam contidas na PPNG constituída na data base do teste; Fluxo IV: Despesas administrativas, relacionadas a riscos assumidos até a data base do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

TAP: Fluxo V: Despesas relacionadas a benefícios; Fluxo VI: Despesas de comercialização incidentes sobre as estimativas de contribuições futuras, constantes do Fluxo III, não considerando novas vendas; Fluxo VII: Despesas com resgates, saldos em garantias e excedentes financeiros; Fluxo VIII: Salvados e ressarcimentos. Nos cálculos das estimativas correntes dos diversos fluxos de caixa, foram adotadas as seguintes premissas e bases técnicas: Tábuas Biométricas: Em seus principais agrupamentos, para os Fluxos II e III foi adotada a tábua BR-EMS de morte, versão 2015, masculina e feminina; Taxa de Juros e índice de preços: A taxa de juros livre de risco adotada neste trabalho foi a disponibilizada pela SUSEP ao mercado segurador, por meio de seu site, cuja aplicação na Entidade foi realizada em consonância com os índices de preços constantes dos seus respectivos contratos, ou seja, para os Grupos 1, 2, 4, 6, 7, 9, 12, 14 e 19 a Taxa Referencial – TR, para os Grupos 3, 5, 10, 11, 13, 16, 17, 18 e 20 o IGPM/FGV, e para o Grupo 8 o IPCA/IBGE. Em todos os grupos citados, exceção se faz ao Fluxo IV (de Despesas Administrativas), para o qual adotamos a taxa Pré-Fixada. Já para o Grupo 15 adotou-se a taxa Pré-Fixada em todos os seus fluxos, tendo em vista não haver um índice de preços específico para estes contratos, por tratar-se de benefícios oriundos de questões judiciais pendentes; Método de apuração: Do valor presente obtido em decorrência dos fluxos de caixa realizados para cada um dos agrupamentos da Entidade, foram subtraídos os saldos contábeis das provisões técnicas, em conformidade com o disposto artigo 52 da Circ. SUSEP nº 517/2015, deduzidos, se for o caso, dos Custos de Aquisição Diferidos-CAD e dos Ativos Intangíveis diretamente relacionados às respectivas provisões, gerando, a partir daí os resultados parciais para cada grupo. Após a apuração destes resultados parciais, considerando que o objetivo maior do TAP está relacionado à solvência da Entidade, fizemos a compensação dos resultados, conforme previsto na Circular mencionada, reagrupando-os pelo critério de similaridade técnica – “Grupos de Compensação”, cujo resultado consolidado, se positivo, deverá ser reconhecido no PCC ou em forma de ajuste na própria provisão que o originou, conforme o caso. Seguem, na tabela abaixo, os resultados dos Testes parciais realizados na data base, por R\$ 1,00

Grupo	VP - Fluxos de Caixa	Provisões Técnicas em 31/12/2015*	CAD e/ou Ativos Intangíveis	Resultados Parciais
1 - Pensão CAP – fase de acumulação.....	(14.402,58)	150.642,9	0,00	(150.642,9)
2 - Aposentadoria CAP – fase de acumulação.....	399.723,32	382.497,6	0,00	17.225,7
3 - Pecúlio CAP – fase de acumulação Tábua CSO-1958 IGPM.....	5.485,51	145.327,9	0,00	(9.842,4)
4 - Pecúlio CAP – fase de acumulação Tábua CSO-1958 TR.....	447.847,74	1.423.578,5	0,00	(975.730,7)
5 - Pecúlio CAP – fase de acumulação Tábua CSO-1980.....	4.644.964,08	7.140.539,9	0,00	(2.495.575,8)
6 - Aposentadoria CAP – fase de concessão.....	1.484,81	1.465,5	0,00	19,3
7 - Pensão CAP – fase de concessão.....	297.597,71	314.067,5	0,00	(16.469,8)
8 - Invalidez CAP – fase de concessão.....	335.644,67	327.926,3	0,00	7.718,3
9 - Pecúlio CAP – fase de concessão Tábua CSO-1958 TR.....	40.053,51	103.170,0	0,00	(63.116,5)
10 - Pecúlio CAP – fase de concessão Tábua CSO-1980.....	1.097.645,53	3.076.845,6	0,00	(1.979.200,0)
11 - Pensão RCC – eventos não ocorridos IGPM.....	0,00	116,4	0,00	(116,4)
12 - Pensão RCC – eventos não ocorridos TR.....	0,00	2.609,8	0,00	(2.609,8)
13 - Pensão RCC – fase de concessão IGPM.....	77.438,70	35.736,2	0,00	41.702,5
14 - Pensão RCC – fase de concessão TR.....	14.653.503,39	21.631.977,0	0,00	(6.978.473,6)
15 - Pensão RCC – fase de concessão Outros.....	6.375.171,57	7.192.247,1	0,00	(817.075,6)
16 - Pecúlio RS – eventos não ocorridos.....	307.767,57	359.206,6	0,00	(51.439,1)
17 - Pecúlio RS – eventos ocorridos.....	2.109.282,30	2.511.211,8	0,00	(401.929,5)
18 - Pensão RCC – eventos não ocorridos IGPM - PF.....	(100.888,04)	0,00	0,00	(100.888,0)
19 - Pensão RCC – eventos não ocorridos TR - PF.....	(980.103,11)	0,00	0,00	(980.103,1)
20 - Pecúlio RS – eventos não ocorridos - PF.....	(10.797.379,63)	0,00	0,00	(10.797.379,6)

*Exceto a PCC, se houver.

TAP - Resultado Final de 31/12/2015:

Grupo de Compensação	Resultados Finais
Eventos Ocorridos – Rendas.....	(7.762.578,72)
Eventos Ocorridos – Pecúlios.....	(2.444.245,96)
Eventos Não Ocorridos – CAP (PR).....	(3.614.566,09)
Eventos Não Ocorridos – RS/RCC (PR).....	(54.165,25)
Eventos Não Ocorridos – RS/RCC (PF).....	(11.878.370,78)

Conclusão: Os resultados finais do TAP, cujos parciais obtidos foram compensados entre os cinco grupos da tabela imediatamente acima, não demonstraram necessidade de constituir-se provisão complementar. **Divulgações adicionais requeridas pela Circular SUSEP nº 517/2015. Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos.** A seguir apresenta-se um quadro com os principais parâmetros dos produtos operados pela Entidade, posicionado em 31/12/2015:

Produtos	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Carregamento
Renda Mensal Diferida Vitalícia – AC ...	AT-1949 M	6% ao ano	29,98%
Renda por Invalidez - PRI	AT-1983 M / IAPC e Álvaro Vindas	6% ao ano	30,00%
Pecúlio por Morte – PC.....	CSO – 1958 M	6% ao ano	29,98%
Renda Mensal Vitalícia por morte - PE ..	CSO – 1958 M	6% ao ano	29,98%
Renda Mensal Vitalícia p/óbito - RCC..	CSO – 1958 M	6% ao ano	25,07%
Pecúlio Série 01RS.....	CSO – 1958 M	6% ao ano	25,07%
Pecúlio Série 02RS.....	CSO – 1958 M	6% ao ano	30,00%
Pecúlio Série 03RS.....	CSO – 1958 M	6% ao ano	30,00%
Pecúlio Flexi Capitalização.....	CSO - 1980 M	6% ao ano	30,00%

Tabela de desenvolvimento em relação às provisões constituídas em 31/12/2015:

Aplicações	Saldo Anterior	Aplicação	Resgate	Atualização	Saldo Final
31/12/2013	43.317	52.354	56.793	4.527	31/12/2014 43.405
31/12/2014	43.405	32.634	35.929	5.727	31/12/2015 45.836

*Em milhares de reais

9 – Tabela de desenvolvimento de provisões judiciais: Para as contingências da entidade classificadas pela Assessoria Jurídica como perdas potenciais foram constituídas provisões de acordo com os critérios e exigências adotados pela SUSEP, e são julgadas suficientes para o caso de eventuais perdas. Estas contingências são de natureza cível e trabalhista e estão assim classificadas:

Contingências	Saldo Anterior	Total Pago	Quantidade Ações Pagas	Consti-tuição	Alter. de Estimativa	Baixa da Provisão	Saldo Final
31/12/2013	715	201	18	33	72	-	31/12/2014 619
31/12/2014	619	7	1	6	(435)	-	31/12/2015 183
31/12/2013	359	102	37	194	327	-	31/12/2014 778
31/12/2014	778	190	29	358	64	-	31/12/2015 1.010

*Em milhares de reais

10 – Investimentos Relevantes: Participação na seguinte controlada: MBM Seguradora S/A (98,36%) com Capital Social de R\$ 13.218 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 21.212 mil, resultado do exercício de R\$ 4.457 e com 28.314.145 ações ordinárias e preferenciais. No exercício de 2015, o MBM obteve um resultado líquido na equivalência patrimonial de R\$ 4.470 mil.

11 – Depósitos de Terceiros:

Arrecadação de Contribuições Recebidas	31/12/2015	31/12/2014
--	------------	------------

<p>»»» Continuação</p> <p>MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</p> <p>Aos Administradores da MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</p> <p>Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MBM Previdência Complementar - "Entidade", em 31 de dezembro de 2015, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.</p> <p>Responsabilidade da Administração: A Administração da Entidade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Responsabilidade da Auditoria Independente: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais</p>	<p>PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES</p> <p>emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, conforme definido no escopo da auditoria. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Entidade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.</p> <p>Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, definidos no parágrafo de escopo da auditoria, da MBM Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2015, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.</p>
--	--

Estado do Rio Grande do Sul
PODER JUDICIÁRIO
Edital de Interdição

Vara de Curatelas - Comarca de Porto Alegre. Natureza: Interdição Processo: 001/1.15.0100.817-0 (CNU: 0143294-29.2015.8.21.0001). Requerente: Maria Lúcia Presser Ehlers. Requerido: Niva Casses Presser. Objeto Ciência a quem Interessar possa de que foi decretada a INTERDIÇÃO do REQUERIDO(A) : Niva Casses Presser, por sentença proferida em 16/11/2015. LIMITES DA INTERDIÇÃO: TOTAL CAUSA DA INTERDIÇÃO: CID G30.1. PRAZO DA INTERDIÇÃO: INDETERMINADO. CURADOR (A) NOMEADO(A): MARIA LÚCIA PRESSER EHLERS. o prazo deste edital é o do art. 1.184 do CPC. Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2016. SERVIDOR: Carlos Roberto Moraes. JUIZA: Dulce Ana Gomes Oppitz.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES PARA ASSMS

A Diretoria da **Associação dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde - ASSMS**, conforme seu estatuto, no artigo 24 parágrafos único, convoca as eleições para o biênio 2016/2018, para eleições da entidade dia 5 de abril de 2016, no horário das 8 horas às 19 horas. As inscrições de chapas devem ser feitas até o dia 22 de março de 2016, às 17horas 30 minutos na sede da ASSMS (Av. João Pessoa, 325-fundos).
Diretoria da ASSMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGUEIRO
CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2016

Torno público para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto processo licitatório na modalidade citada, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios, da Agricultura Familiar, para merenda escolar. O recebimento e abertura das propostas será exclusivamente às 09h30min do dia 18 de março de 2016, no prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Av. João Isidoro, 222. O edital e seus anexos poderão ser retirados no endereço acima ou solicitados pelo telefone (55) 3236-1200, ramal 218 ou 220 e ainda poderão ser solicitados pelo endereço eletrônico licitacao.prefeitura@formigueiro.rs.gov.br, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Formigueiro, 25 de fevereiro de 2016. Gildo Benjamin Bortolotto, Prefeito Municipal.

EXTRAVIO DE NOTAS FISCAIS

A **Mak cartuchos Ltda**, inscrita CNPJ 01.878.890/0008-78. Comunica o Extravio da Nota Fiscal de nº 2651 a 2700. Ocorrido no dia 20/02/2016 na Av. Diário de Notícias 500, Quiosque BIG Shop Cristal. A empresa não se responsabiliza pelo uso indevido das mesmas.
Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016

O Município de Arroio dos Ratos/RS torna público que encontra-se aberta a Licitação na Modalidade **Tomada de Preços nº 005/2016**, tipo "MENOR PREÇO GLOBAL" para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DE MEIO FIO E DE BLOCOS DE CONCRETO NAS RUAS E CALÇADAS DO MUNICÍPIO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**. Serão recebidos os envelopes de Habilitação e Propostas no dia **16/03/2016 às 11:00 horas**, no Setor de Licitações da Prefeitura, sito no Largo do Mineiro, nº 195. O edital encontra-se disponível no site www.arroiodosratos.rs.gov.br. Maiores informações pelo fone: 51 - 3656 1029 ou e-mail: susitazoe@arroiodosratos.rs.gov.br de segunda a sexta das 12:00 às 17:00.
Arroio dos Ratos, 25 de Fevereiro de 2016.
ISOLDA MENA DUTRA - PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SINDICATO DOS CONTADORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CGC NO. 92.396.167/0001-31

ELEIÇÕES

Em conformidade com o artigo 44 do Estatuto Social do Sindicato dos Contadores do RGS Sindiconta-RS, estão convocados os associados para registro de chapa para as eleições de 10 (dez) Conselheiros do Conselho Deliberativo para o triênio 2016/2018 e eleição do Conselho Fiscal. O registro de chapa deverá ser efetuado até o dia 16/03/2016 na secretaria da entidade, sita à Rua Hoffmann, nº 724, conj. 2, Porto Alegre (RS), no horário das 9h às 18h. As eleições realizar-se-ão no dia 31/03/2016, no horário das 9h às 18h, no mesmo local.
Porto Alegre, 26 de Fevereiro de 2016.
Contador Diego Rotermond Moreira
Presidente

COOPERATIVA DE TRABALHO DE SOCIÓLOGOS SOLIDÁRIOS - COOPSSOL BRASIL
CNPJ/SRFB: 09.350.787/0001-96 - NIRE/JUCERGS: 43-4-0009608-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Diretor Presidente da COOPERATIVA DE TRABALHO DE SOCIÓLOGOS SOLIDÁRIOS - COOPSSOL BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os associados, que nesta data são em número de 38 (trinta e oito), em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se na sua sede social, localizada à Rua Vigário José Inácio, número 303, 3º andar, bairro Centro Histórico, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no dia **02 de abril de 2016, sábado, às 12h00m**, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; às **13h00m**, em segunda convocação, com a presença de metade mais 01 (um) dos associados; às **14h00m**, em terceira convocação, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) dos associados; para deliberarem sobre os seguintes assuntos: ORDEM DO DIA: (1) prestação de contas dos órgãos da administração, compreendendo: (1.1) relatório de gestão; (1.2) parecer do Conselho Fiscal; (1.3) balanço geral do exercício de 2015; (1.4) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas; (1.5) plano das atividades da cooperativa para o exercício 2016; (2) destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios; (3) preenchimento do cargo de Diretor Financeiro; (4) assuntos gerais, excluídos os previstos no Artigo 29 do Estatuto Social.
Porto Alegre, RS, 26 de Fevereiro de 2016.
Eder Luiz Lazzarotto - Diretor Presidente

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL LTDA-FETRABALHO/RS
CNPJ /MF Nº94.277.720/0001-42 - NIRE Nº 43400005374

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

No uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca as cooperativas de trabalho filiadas a esta Federação, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 15 de março de 2016, na ESCOOP sito a Av. Berlim, 409, Bairro Floresta, Porto Alegre/RS, tendo como 1ª chamada às 12h00, com presença de 2/3 de suas filiadas, em 2ª chamada às 13h00, com a presença da metade e mais uma de suas filiadas e em 3ª e última chamada às 14h00, com qualquer número de filiadas presentes em condições de votar, para deliberar e votar na seguinte ordem do dia: 1ª) Prestação de contas da administração relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, compreendendo: a) relatório da gestão da diretoria executiva; b) balanço do exercício social acompanhado do parecer do conselho fiscal; c) demonstrativo do resultado do exercício; 2ª) Destinação do resultado do exercício; 3ª) Aprovação do orçamento para próximo exercício social; 4ª) Eleição e posse da nova Diretoria e do conselho fiscal da Entidade; 5ª) Fixação da remuneração dos dirigentes. 6ª) Assuntos Gerais. O quórum para efeito de decisões na presente Assembleia é de 11 cooperativas aptas a votar.
Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2016.
Margaret Garcia da Cunha - Presidente

Prefeitura Municipal de Bom Jesus

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Bom Jesus/RS publica o extrato da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2016** - Contratado: FENTRIN & CIA LTDA EPP. Objeto: continuidade a Modernização e revitalização do complexo esportivo, compreendendo mão de obra e material sob contrato de repasse nº 0370464-28/2011 do município com o Ministério do Esporte - Valor: R\$ 234.370,42.
Bom Jesus, 26 de fevereiro de 2016.
FREDERICO ARCARI BECKER,
Prefeito Municipal

EDITAL

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS), nos termos do que dispõem os arts. 21, parágrafo 2º, III, e 22, alíneas "a" e "b", do Estatuto Social, convoca os associados desta entidade para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no próximo dia 4 de março de 2016, no Salão Mercosul do Hotel Sheraton, na Rua Olavo Barreto Viana, 18, em Porto Alegre, em primeira chamada às 20h com quórum correspondente a 50% dos associados com direito a voto, e em segunda e última chamada às 20h30min com qualquer número de associados com direito de voto presentes, para tratar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Apreciar o Relatório de Atividades da Diretoria referente a 2015.
2. Examinar e aprovar o balanço patrimonial, o Demonstrativo de Receitas e Despesas e o parecer do Conselho Fiscal.
3. Examinar e aprovar as contas do Sindicato.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2016.
Dr. Paulo de Argollo Mendes
Presidente

Eletrobras CGTEE
Ministério de Minas e Energia
GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital De Pregão nº RP14800031

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE torna público que está instaurada a licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço global, com propósito de contratar aquisição de 15.000 Kg de Carbono de Sódio (Barrilha Leve), a ser utilizado no pré-tratamento de água do Complexo Termelétrico de Candiota, conforme especificação do Anexo III - Termo de Referência. A cópia do edital está à disposição dos interessados gratuitamente através dos endereços eletrônicos www.licitacoes-e.com.br ou www.cgtee.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas pelo fone: (51) 3287-1565. A abertura das propostas será às 09h do dia 10/03/2016.
Cleber Crochemore Ribes
Chefe do Departamento de Suprimentos
Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2016

PREFEITURAMUNICIPAL DE TRAVESSEIROS
Chamamento Público 001/2016

Objeto: Credenciamento de grupos informais de agricultores familiares, grupos formais da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para fornecimento de gêneros alimentícios. Período de credenciamento: 29/02 a 16/03/2016. Abertura dos envelopes: 17/03/2016, às 09h, na sede da Prefeitura Municipal. Edital: www.travesseiro.rs.gov.br. Informações: (51) 3759-1122 ou e-mail licita@travesseiro.rs.gov.br.
Travesseiro, 25/02/2016.
Ricardo Rockenbach
Prefeito Municipal

Edital de Conhecimento de Terceiros

3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central - Comarca de Porto Alegre Prazo de: 10 dias dias. Natureza: Desapropriação Processo: 001/1.13.0109070-1 (CNU: 0126179-63.2013.8.21.0001). Autor: Município de Porto Alegre. Réu: Sucessão de Irineo Athaulpa Cibils. Objeto: FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que, tramita perante este Juízo a Ação acima referida envolvendo as partes mencionadas, postulando a parte Autora a desapropriação do imóvel a seguir descrito: Fração de terreno, de forma irregular, atingido pelo alargamento viário da Av. Teresópolis, parte de todo maior sob nº 2415, com área de 3,08 m2, como consta na transcrição nº 4.553, fl.75, do livro nº 3-S, do Registro de Imóveis da 1ª zona de Porto Alegre e torrens nº 9.487 e 9.488, com a seguinte descrição: a leste mede 4,35m de extensão, de frente, no alinhamento da Av. Teresópolis; a sul mede 1,72m de extensão e limita-se com imóvel de Américo A. Lorenzi; a oeste, nos fundos, mede 3,69m de extensão em linha curvo-côncava e limita-se com remanescente do terreno desapropriado.. A parte Autora oferece a indenização de R\$ R\$ 870 (oitocentos e setenta reais), Ôpelo valor da área e R\$146,16 (cento e quarenta e seis reais e dezesseis centavos). Somando R\$1.016,16 (um mil, dezesseis reais e dezesseis centavos), o que não concordou a parte Ré, pretendendo, entretanto, R\$. Visa o presente Edital dar conhecimento à Terceiros, com prazo de 10 dias dias, a contar do término do presente Edital (Art. 232, IV, CPC), dentro do qual quem estiver interessado deverá alegar o seu direito. Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2016. SERVIDOR: Vitamar Amaral da Cunha. JUIZ: Andréia Terre do Amaral.

SIMERS

CONVITE

O Sindicato Médico do Rio Grande do Sul convida a categoria médica e a população em geral para ato de prestação de contas e apresentação das realizações de 2015.

O evento será dia 4 de março, às 20h, no Salão Mercosul do Hotel Sheraton, na Rua Olavo Barreto Viana, 18, em Porto Alegre.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2016.
Dr. Paulo de Argollo Mendes Presidente
Dra. Maria Rita de Assis Brasil Vice-presidente

Confirmar presença pelo fone (51) 3027.3722

COOPNORE
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Notários e Registradores

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA NOTARIAL E REGISTRAL - COOPNORE
CNPJ n.º 07.714.057/0001-00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Área Notarial e Registral - COOPNORE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15 do Estatuto Social, convoca os senhores associados, que nesta data somam 2.918 (Dois Mil Novecentos e Dezoito), para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a ser realizada no dia 11 de março de 2016, às 17:00 horas (Dezesseis Horas), no late Clube Guaíba, localizado na Rua Guaíba, nº 95, bairro Vila Assunção, Porto Alegre/RS, CEP 91.920-670, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; em segunda convocação, às 18:00 horas (Dezoito Horas), com a presença da metade dos associados mais um, e, em terceira e última convocação, às 19:00 horas (Dezenove Horas), com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte pauta:

ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço dos dois semestres do correspondente exercício; c) demonstrativo das sobras; d) parecer do Conselho Fiscal; e) parecer da auditoria independente.
2. Destinação das sobras;
3. Eleição para os membros do Conselho Fiscal;
4. Eleição para composição de cargos vagos no Conselho de Administração;
5. Fixação do valor dos honorários, gratificações e benefícios para os membros da Diretoria Executiva;
6. Fixação do valor das cédulas de presença dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
7. Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberatório).

Porto Alegre, RS, 23 de fevereiro de 2016.
SÉRGIO AFONSO MANICA
Diretor Geral e Presidente do Conselho de Administração

Obs.: A Assembleia não se realizará na sede da Cooperativa, por motivo de espaço físico, realizando-se no endereço indicado, para melhor acolher os associados.